
RESENHA CRÍTICA DO ARTIGO POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

CRITICAL REVIEW OF THE ARTICLE 'PUBLIC POLICIES AND DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL

Jaqueline da Silva Medeiros¹

RESUMO

A resenha em questão, propõe uma análise abrangente do artigo “Políticas Públicas em Educação a Distância (EAD) no Brasil: De onde viemos para onde caminhamos”, autoria de Gilda Heleno Bernardino de Campos e Bruna Damiana Heinsfeld. Dividido em seções, a análise descritiva revela uma pesquisa historiográfica, apresentando dados sobre a formação docente no Brasil e o histórico das políticas voltadas para ciência e tecnologia. O texto, embora abrangente, opina sobre a abordagem referente a Educação Remota Emergencial (ERE) considerando o contexto histórico e as demandas contemporâneas. No entanto, a resenha é recomendada para estudantes e docentes de graduação e pós-graduação em Educação, pois oferece uma visão valiosa sobre a legitimação da Educação a Distância no Brasil.

PALAVRAS -CHAVES: Políticas públicas; Educação a Distância; Educação Remota.

ABSTRACT

The review at hand proposes a comprehensive analysis of the article "Public Policies in Distance Education (EAD) in Brazil: Where we came from to where we are going," authored by Gilda Heleno Bernardino de Campos and Bruna Damiana Heinsfeld. Divided into sections, the descriptive analysis unveils a historiographical study, presenting data on teacher education in Brazil and the history of policies related to science and technology. Although comprehensive, the text expresses an opinion on the approach concerning Emergency Remote Education (ERE), considering the historical context and contemporary demands. However, the review is recommended for undergraduate and postgraduate students and educators in Education, as it provides a valuable insight into the legitimization of Distance Education in Brazil.

KEYWORDS: Public policies; Distance Education; Remote Education.

Submetido em: 30/11/2022 – Aceito em: 07/02/2024 – Publicado em: 10/04/2024

¹UFRRJ _ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como discente mestrado e UERJ _ Universidade do Estado do Rio de Janeiro como aluna especial.

INTRODUÇÃO

A presente resenha pretende analisar, primeiro descritivamente e depois criticamente, o artigo científico escrito por Gilda Heleno Bernadino de Campos que possui doutorado em Engenharia de produção pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), membro do Conselho Editorial de diversas revistas e avaliadora de outras; e por Bruna Damiana Heinsfeld, doutoranda em Ensino e Aprendizagem Interdisciplinar na University Of Texas At San Antonio (UTSA), coautora dos livros *Práticas Pedagógicas, Inovação e Tecnologia* (2018) e *Tecnologia, Pensamento Sistêmico e os Fundamentos Da Inovação Pedagógica* (2019), publicados pela Editora CRV.

O artigo está dividido em seis seções. A primeira seção é destinada à Política Pública em Educação, a segunda trata da Política Pública, ciência e Tecnologia e Educação a Distância, compreendendo quatro subseções. A terceira seção apresenta a Legislação em Educação a Distância e o Plano nacional de Educação, compreendendo as subseções decreto nº 9057/17 e o Programa de Inovação Educação Conectada. A quarta seção discorre sobre o Contexto Social e problemas Educacionais. A quinta expõe uma visão da EAD na Pandemia. E a sexta apresenta o resumo do Artigo. Os Objetivos da pesquisa foram definir o que são Políticas Públicas em Educação; compreender a trajetória das políticas públicas que culminaram em políticas para EAD; analisar e identificar os pontos importantes da legislação para EAD e compreender o contexto sócio histórico e os problemas enfrentados pelos educadores na contemporaneidade brasileira.

Para justificar a pesquisa, as autoras destacam a importância de compreender as mudanças que ocorreram no campo educacional em nossa sociedade. Para as autoras, há uma nova forma de buscar o conhecimento, que ficou mais acessível, mais distribuído, mais dinâmico e mais digitalmente armazenado, em comparação com outros tempos, cujas formas de busca estavam muito associadas a livros, enciclopédias ou bibliotecas. É nesse contexto que as autoras abordam a compreensão da Educação a Distância no Brasil.

ANÁLISE DESCRITIVA:

As autoras apresentam uma pesquisa historiográfica e iniciam a primeira seção trazendo uma representação da formação docente no Brasil tendo como fonte a o observatório do PNE de 2017, apresentando a definição de políticas públicas em educação na perspectiva de Oliveira (2012) como “uma expressão que visa definir uma situação específica da política” afirmando

que “as políticas públicas tratam de preposições que implicam mudanças na sociedade” (Campos e Heinsfeld, 2020)².

Na segunda Seção, a maior do artigo em questão, as autoras apresentam o caminho histórico das políticas voltadas para a ciência e tecnologia no Brasil, com hiperlinks que apresentam o histórico da EAD no Brasil e no mundo. Já na primeira subseção deste referencial, as autoras apresentam a reforma Universitária que tinha como objetivo melhorar o nível educacional e formar especialistas em um momento em que os esforços governamentais foram explicitados com o intuito de dominar a tecnologia e, se possível, controlar a indústria eletrônica.

Na segunda subseção há a apresentação da expansão do mercado de computadores no Brasil que ocorreu a partir do início da década de 1970, refletindo o crescimento econômico acelerado no país. Na terceira subseção refere-se à implantação de três projetos governamentais voltados para a tecnologia. São eles: Projeto Agrocom (área de agricultura); Projeto Micromed (área de saúde) e Projeto Educom (área educacional) que visavam agilizar a formação do mercado interno.

Ao fim da quarta subseção, as autoras traçam o caminho da educação a distância no país que ganhou destaque a partir da criação da Secretaria de educação a distância (SEED) em 1996, quando verificou-se as necessidades de mudanças em âmbito nacional por meios de políticas públicas, principalmente para a formação de professores. Desde então, observa-se um crescente número de ações governamentais no sentido de incentivar a EAD no Brasil.

O artigo apresenta ainda uma terceira seção que trata das legislações em EAD e o Plano Nacional de educação (PNE). Continuando a traçar a linha do tempo, as autoras apresentam alguns avanços e retrocessos. Há a mudança do Programa Nacional de Informática na educação (ProInfo) com a alteração do seu nome – passa a ser chamado de Programa Nacional de Tecnologia Educacional – com ações acompanhadas pela Secretaria de educação Básica (SEB). Atualmente, as políticas públicas para a área de educação são regidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Segundo as autoras, em 1996 é proposto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a indicação 6/96 prevendo a criação de um “Sistema Nacional de Educação Aberta e a Distância” integrando o PNE. Assim, há no PNE uma inclinação para a oferta de cursos de formação docente na modalidade a distância.

² A Fonte não é paginada.

Das iniciativas apresentadas pelas autoras, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é a mais destacada por sua abrangência e proposta que tem por objetivo articular com as instituições já existentes e levar o ensino público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação universitária ou com ofertas insuficientes. Atualmente o Sistema UAB/Capes é um sistema EAD que promove desde 2006 a formação inicial e continuada de docentes, além de oferecer oportunidades de educação superior para estudantes em diferentes regiões do país, especialmente em áreas carentes de instituições de ensino superior.

Ao final da terceira seção, as autoras apresentam o decreto nº 9.204/2017 - Programa de Inovação Educação Conectada (Brasil, 2017) que visa apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. O programa visa uma atualização das políticas públicas que relacionam educação e tecnologia. A meta do programa é universalizar o acesso das escolas a ferramentas e plataformas digitais até 2024.

A quarta seção do artigo as autoras abordam o contexto social e os problemas educacionais existentes na EAD. Esta seção traz ainda, a discriminação existente sobre a qualidade do ensino na EAD. Tem-se também a quinta seção que aborda uma visão da EAD na pandemia de 2019-2020. As autoras nesta seção questionam o futuro da EAD após a pandemia de Covid-19, dando este por incerto, mas sendo enfáticas ao dizer que a verdadeira EAD não pode ser confundida com o Ensino remoto Emergencial (ERE) criado para minimizar os efeitos causados pela Covid no âmbito educacional. Essa seção é finalizada com uma reflexão e sugestão de artigos sobre o tema ERE.

Como conclusão, o artigo traz um resumo reflexivo sobre políticas públicas e ações que precederam a educação a distância. Além de recomendações de leituras que complementa o estudo do tema.

ANÁLISE REFLEXIVA

A partir da leitura do artigo é possível perceber o marco regulatório da Educação a Distância no Brasil. De forma relevante, o artigo apontou que a EAD teve destaque maior quando se verificou a necessidade de mudanças em âmbito nacional por meio de políticas públicas, principalmente para a formação do professor. De forma relevante, as autoras apresentaram os programas da Secretaria de Educação a Distância, entre eles e o Decreto 5622 de 14/12/2005 que apresentou uma nova regulamentação para o artigo 80 da LDB/96, incentivando o

desenvolvimento de programas de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino de Educação Continuada e definindo os critérios para seu credenciamento.

Outro exemplo de políticas pública destacado no artigo é a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que possibilitou o ensino superior público de qualidade para atender a todos os cidadãos.

É possível fazer uma relação com desenvolvimento da ciência e tecnologia, juntamente com políticas públicas que viabilizaram avanços da EAD no Brasil e os hiperlinks e textos que aparecem como sugestões ao longo do artigo fundamentam o que as autoras trazem para o artigo, enriquecendo-o.

Cabe aqui ressaltar que o momento histórico da escrita do artigo foi o ápice da covid-19 onde as medidas de isolamento social implicaram em uma mudança abrupta na forma de organizar e realizar as atividades educativas. Diante uma nova realidade, escola e comunidade buscaram possibilidades de comunicação e interação entre os sujeitos, objetivando transmitir informação e preservar o direito à educação.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou pareceres favoráveis à possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas não presenciais, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, “considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19” (BRASIL, 2020b) legitimando a Educação Emergencial Remota (ERE).

A abordagem sobre a ERE e educação *on-line* poderiam ser mais desenvolvidos pelas autoras, porém foi apresentado de forma diferenciada (como sugestão de leitura e hiperlinks) outros textos que referenciam esses temas.

A partir da leitura e avaliação, indico este artigo para discentes de graduação e pós-graduação em educação que buscam conhecimento e informação sobre a legitimação da educação a distância no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9.204/2017, de 23 de novembro de 2017, que institui o **Programa de Inovação Educação Conectada**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2017a. Acesso em: 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9204.htm>. Acesso em: 29 de nov. 2022

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**, 2012. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-políticas-públicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CAMPOS, G.H.B.; HEINSFELD, B.D. Políticas públicas e educação a distância no Brasil: de onde viemos para onde caminhamos. **INFORMATICA NA EDUCAÇÃO**, série de livros-textos da CEIE-SBC, 2020. Disponível em: <<https://ieducação.ceiebr.org/politicaspublicasesd/>> Acesso em: 29 de nov. 2022.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.